Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Informações contábeis intermediárias
em 31 de março de 2025

KPDS 1461635

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.
Bauru – São Paulo

Introdução
Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado
As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado ("DVA") referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 15 de maio de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Fernanda A. Tessari da Silva
Contador CRC 1SP252905/O-2

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025 7

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024 8

Demonstração de Valor Adicionado 9

Comentário do Desempenho 10

Notas Explicativas 20

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 46

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 47

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 48

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.301.299
Preferenciais	6.301.299
Total	12.602.598
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	3.037.247	2.990.894
1.01	Ativo Circulante	238.993	161.086
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	140.095	91.034
1.01.02	Aplicações Financeiras	41.392	9.984
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	41.392	9.984
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras vinculadas	41.392	9.984
1.01.03	Contas a Receber	45.997	43.205
1.01.03.01	Clientes	45.997	43.205
1.01.04	Estoques	5.540	5.816
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.533	2.818
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.533	2.818
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.436	8.229
1.02	Ativo Não Circulante	2.798.254	2.829.808
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	430.890	431.533
1.02.01.04	Contas a Receber	8.925	9.039
1.02.01.04.02	Depósitos judiciais	8.925	9.039
1.02.01.07	Tributos Diferidos	421.965	422.494
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	421.965	422.494
1.02.02	Investimentos	9	9
1.02.02.01	Participações Societárias	9	9
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	9	9
1.02.03	Imobilizado	23.997	26.328
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	23.997	26.328
1.02.04	Intangível	2.343.358	2.371.938
1.02.04.01	Intangíveis	2.343.358	2.371.938
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.341.247	2.370.251
1.02.04.01.02	Infraestrutura em construção	2.111	1.687

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	3.037.247	2.990.894
2.01	Passivo Circulante	133.915	122.299
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.175	10.855
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.175	10.855
2.01.02	Fornecedores	23.608	24.939
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.645	7.241
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	55.439	34.514
2.01.04.02	Debêntures	55.439	34.514
2.01.05	Outras Obrigações	12.162	16.864
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	874	1.313
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	874	1.313
2.01.05.02	Outros	11.288	15.551
2.01.05.02.04	Obrigações Para Direito da Concessão	1.851	1.929
2.01.05.02.05	Outros	219	335
2.01.05.02.06	Receita acessória antecipada	6.936	10.335
2.01.05.02.07	Passivo de arrendamento	2.282	2.952
2.01.06	Provisões	27.886	27.886
2.01.06.02	Outras Provisões	27.886	27.886
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	27.886	27.886
2.02	Passivo Não Circulante	1.294.899	1.259.712
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.148.555	1.123.252
2.02.01.02	Debêntures	1.148.555	1.123.252
2.02.02	Outras Obrigações	4.122	4.179
2.02.02.02	Outros	4.122	4.179
2.02.02.02.03	Passivo de arrendamento	4.122	4.179
2.02.04	Provisões	115.515	105.013
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	63.001	58.145
2.02.04.02	Outras Provisões	52.514	46.868
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção	52.514	46.868
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	26.707	27.268
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	26.707	27.268
2.02.06.02.01	Receita Acessória Antecipada	26.707	27.268
2.03	Patrimônio Líquido	1.608.433	1.608.883
2.03.01	Capital Social Realizado	1.586.775	2.451.400
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	21.658	-842.517

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	186.789	193.920
3.01.01	Receita operacional líquida	186.789	193.920
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-126.404	-128.618
3.02.01	Custo dos serviços prestados	-126.404	-128.618
3.03	Resultado Bruto	60.385	65.302
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.999	-13.388
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.028	-13.412
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	29	24
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	48.386	51.914
3.06	Resultado Financeiro	-44.934	-42.664
3.06.01	Receitas Financeiras	5.088	2.566
3.06.02	Despesas Financeiras	-50.022	-45.230
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.452	9.250
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.901	-5.420
3.08.01	Corrente	-3.372	714
3.08.02	Diferido	-529	-6.134
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-449	3.830
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-449	3.830

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	-449	3.830
4.03	Resultado Abrangente do Período	-449	3.830

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	96.433	-25.892
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	116.097	92.251
6.01.01.01	Resultado do período antes de imposto de renda e contribuição social	-449	3.830
6.01.01.03	Depreciação e amortização	58.691	55.401
6.01.01.05	Provisão para manutenção	5.646	4.145
6.01.01.06	Provisão para riscos processuais, líquidos	4.879	0
6.01.01.08	Variações monetárias,cambiais e encargos	24.523	41.889
6.01.01.10	Juros sobre contrato de arrendamento	-147	70
6.01.01.11	Provisão de fornecedores	-2.050	2.623
6.01.01.12	Impostos diferidos	529	6.134
6.01.01.13	Custo de captação amortizado das debêntures	1.537	0
6.01.01.14	Imposto corrente	3.372	-714
6.01.01.15	Receita financeira sobre aplicações financeiras	-603	-927
6.01.01.16	Consumo da provisão para manutenção	0	-20.200
6.01.01.17	Juros sobre debêntures	20.169	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-19.664	-118.143
6.01.02.01	Contas a receber	-2.792	232
6.01.02.02	Estoques	276	0
6.01.02.03	Impostos a recuperar	285	-1.454
6.01.02.04	Adiantamentos	4.794	3.372
6.01.02.05	Depósitos judiciais	114	2.139
6.01.02.07	Fornecedores	-11.867	-22.520
6.01.02.08	Tributos a recolher	-3.326	124
6.01.02.09	Obrigações com empregados e administradores	-2.679	879
6.01.02.11	Partes relacionadas	-439	126
6.01.02.12	Outras obrigações e contas a pagar	-116	-97.475
6.01.02.13	Receita acessória antecipada	-3.960	-3.343
6.01.02.14	Juros pagos sobre passivo de arrendamento	147	-70
6.01.02.15	Pagamento de outorga variável	-78	-153
6.01.02.16	Contingências Trabalhistas e Fiscais	-23	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-46.772	-76.631
6.02.01	Aplicação Financeira	-30.805	-53.676
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-280	-822
6.02.03	Aquisição intangível	-15.687	-22.133
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-600	-375
6.03.05	Pagamento de passivo de arrendamento	-600	-375
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	49.061	-102.898
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	91.034	124.351
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	140.095	21.453

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.451.400	0	0	-842.518	0	1.608.882
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.451.400	0	0	-842.518	0	1.608.882
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-864.625	0	0	864.625	0	0
5.04.08	Redução de Capital	-864.625	0	0	864.625	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-449	0	-449
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-449	0	-449
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.586.775	0	0	21.658	0	1.608.433

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.451.400	0	0	-864.625	0	1.586.774
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.451.400	0	0	-864.625	0	1.586.774
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.830	0	3.830
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.830	0	3.830
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.451.400	0	0	-860.795	0	1.590.604

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	202.009	208.806
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	176.690	172.367
7.01.02	Outras Receitas	29	24
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	25.290	36.415
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-52.860	-63.095
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-27.570	-26.680
7.02.04	Outros	-25.290	-36.415
7.02.04.01	Custos de construção	-25.290	-36.415
7.03	Valor Adicionado Bruto	149.149	145.711
7.04	Retenções	-58.703	-55.401
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-58.703	-55.401
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	90.446	90.310
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.088	2.566
7.06.02	Receitas Financeiras	5.088	2.566
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	95.534	92.876
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	95.534	92.876
7.08.01	Pessoal	16.015	14.582
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.552	10.119
7.08.01.02	Benefícios	3.368	3.083
7.08.01.03	F.G.T.S.	806	799
7.08.01.04	Outros	289	581
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	27.340	28.230
7.08.02.01	Federais	13.297	14.489
7.08.02.02	Estaduais	5.301	5.171
7.08.02.03	Municipais	8.742	8.570
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	52.628	46.234
7.08.03.01	Juros	47.645	43.338
7.08.03.02	Aluguéis	2.608	1.003
7.08.03.03	Outras	2.375	1.893
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-449	3.830
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-449	3.830

Comentário do Desempenho



Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

RESULTADO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil)	1T25	1T24	▲
VEPs[1]	**16.271**	**16.354**	**-0,5%**
Veículos Leves	4.917	4.888	0,6%
Veículos Pesados	11.354	11.466	-1,0%
Tráfego[2]	**7.357**	**7.493**	**-1,8%**
Veículos Leves	4.829	4.958	-2,6%
Veículos Pesados	2.399	2.406	-0,3%
Veículos Isentos	129	129	0,3%
Tarifa Média (R$)	**10,63**	**10,23**	**3,9%**

[1] VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

[2] Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

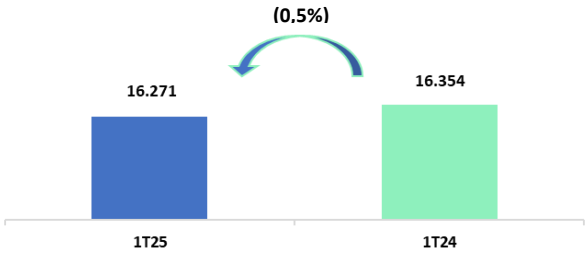
Variação no transporte de Veículos Dessazonalizado [1,2]	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no ano (Jan-Mar/25 sobre Jan-Mar/24): Brasil	0,59%	-0,98%	-0,51%

1 Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers

2 Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: http://www.abcr.org.br

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil), para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram uma queda de 0,51% no fluxo total de veículos no ano comparado com o mesmo período do ano anterior. Destaque para a circulação de 0,59% em veículos leves e - 0,98% em veículos pesados.

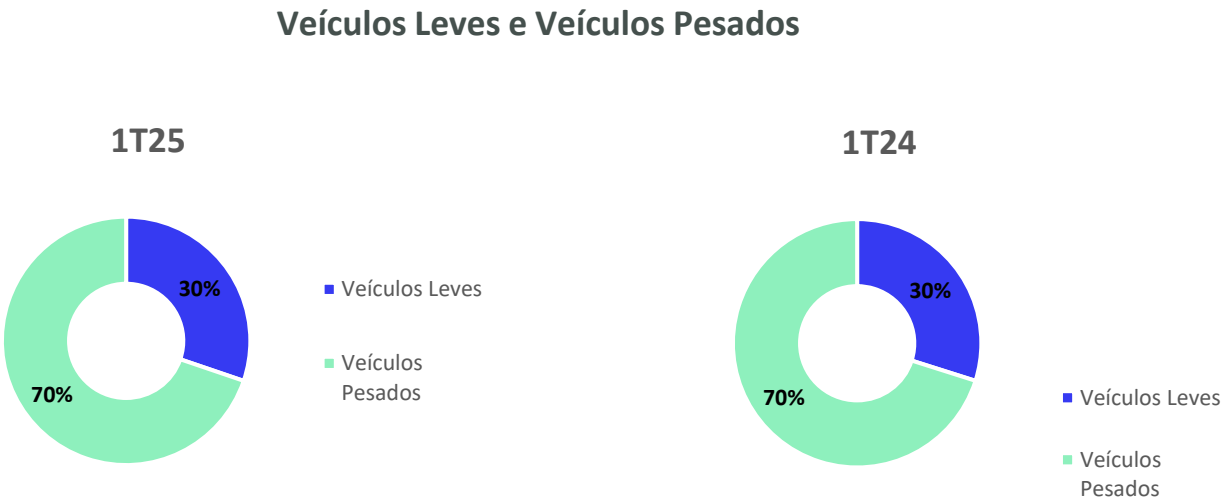
Veículos Equivalentes Pagantes - VEPs (mil)



A Companhia entende que a redução no número de VEP está associada à estiagem que afetou a primeira safra de milho 2024/2025 no Estado do Mato Grosso do Sul. No entanto, há uma expectativa de recuperação significativa na segunda safra, com previsões de que a produção deverá superar o mesmo período do ano anterior em 20%, conforme dados da Aprosoja.

Essa perspectiva positiva aponta para a recuperação do tráfego ainda no ano de 2025.

Comentário do Desempenho



RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R$ mil)	1T25	1T24	▲
Receita			
Receitas com Pedágio	171.284	167.409	2,3%
Receitas Acessórias	5.407	4.958	9,0%
Receita Bruta	**176.691**	**172.367**	**2,5%**
Deduções da Receita Bruta	(15.192)	(14.862)	2,2%
Receita Líquida Ajustada[1]	**161.499**	**157.505**	**2,5%**

[1] *Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção*

Receita de Construção (IFRS)	25.290	36.415	-30,6%

A Receita Líquida Ajustada do 1T25 apresentou uma variação positiva de 2,5% frente ao 1T24, mesmo com a redução no número de veículos que passaram pela rodovia, esse crescimento é atribuído principalmente à correção anual das tarifas que ocorrem no mês de julho.

Comentário do Desempenho

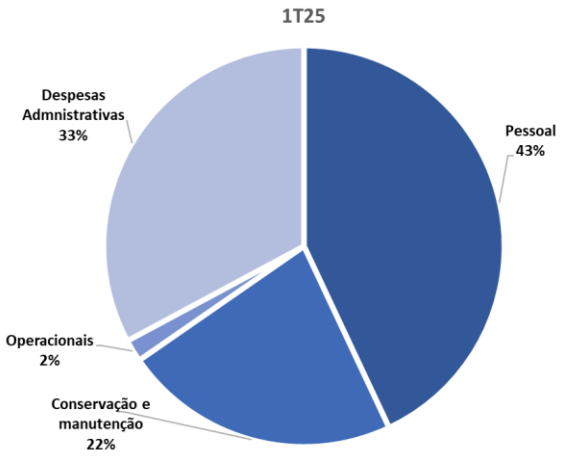
CUSTOS E DESPESAS

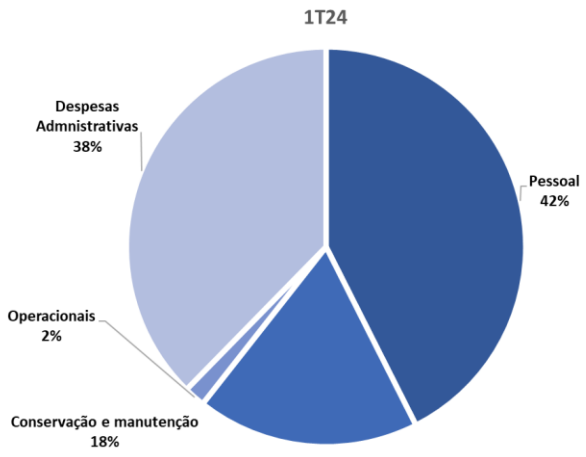
Custos e Despesas (R$ mil)	1T25	1T24	▲
Pessoal	(18.821)	(17.230)	9,2%
Conservação e manutenção	(9.783)	(7.307)	33,9%
Operacionais	(792)	(698)	13,5%
Provisão para contingências	(3.367)	2.179	-254,5%
Serviços de terceiros (*)	(9.139)	(7.890)	15,8%
Materiais Diversos	(192)	(650)	-70,5%
Outras despesas diversas	(1.666)	(8.886)	-81,3%
Custos & Despesas Administráveis	**(43.760)**	**(40.482)**	-8,1%
Outorga variável	(5.301)	(5.171)	2,5%
Depreciação e amortização	(58.703)	(55.401)	6,0%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados[1]	**(107.764)**	**(101.054)**	6,6%
Custo de construção de obra	(25.290)	(36.415)	-30,6%
Provisão de manutenção	(5.378)	(4.536)	18,6%
Custos & Despesas Operacionais	**(138.432)**	**(142.005)**	-2,5%

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.
[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

Os custos e despesas apresentaram uma diminuição em comparação ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido custo de construção, a variação em relação ao período anterior reflete as diferentes fases do cronograma de investimentos da concessão. Para os demais gastos, a variação está dentro do planejamento da companhia, mostrando a sua diligência na gestão de seus gastos.

Composição dos Custos e Despesas





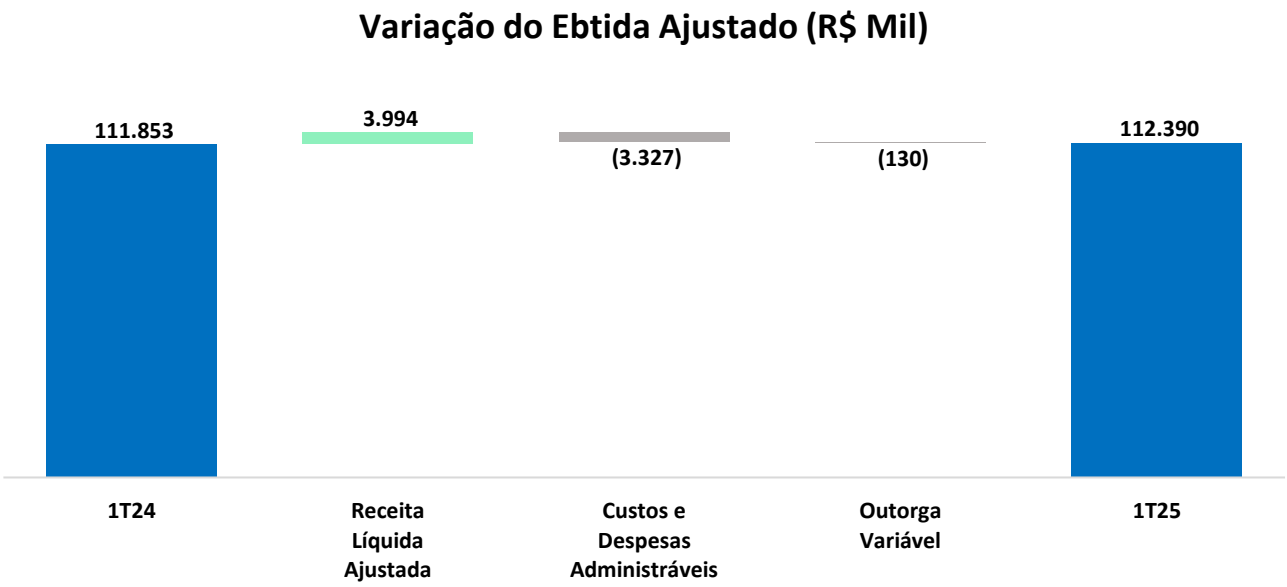
Comentário do Desempenho

EBITDA E MARGEM EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R$ mil)	1T25	1T24	▲
Lucro ou Prejuízo Líquido	(449)	3.830	-111,7%
Resultado Financeiro Líquido	44.934	42.664	5,3%
IRPJ & CSLL	3.901	5.420	-28,0%
Depreciação e Amortização	58.703	55.401	6,0%
EBITDA ICVM 527	**107.089**	**107.315**	**-0,2%**
Margem EBITDA	**53,0%**	**51,4%**	**1,6 pp**
Provisão de Manutenção (IFRS)	5.301	4.536	16,9%
EBITDA Ajustado[1]	**112.390**	**111.853**	**0,5%**
Margem EBITDA Ajustada[1]	**69,6%**	**71,0%**	**-1,4 pp**

[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo e Construção e a Provisão para Manutenção

O EBITDA Ajustado do 1T25 alcançou R$ 112,4 milhões, mantendo-se em linha com o mesmo período de 2024, que registrou R$ 111,9 milhões, isso representa um crescimento de 0,5%. Essa estabilidade no EBITDA, mesmo em um contexto desafiador, reflete a eficácia das operações e a diligência da empresa mesmo em um cenário de variações no volume de tráfego.



Comentário do Desempenho

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R$ mil)	1T25	1T24	Δ
Juros sobre aplicações financeiras	4.315	2.382	81,1%
Outros	773	184	320,2%
Receitas Financeiras	**5.088**	**2.566**	**98,3%**
Comissões e despesas bancárias	(46)	(641)	-92,8%
Variação monetária passiva	(24.523)	(20.961)	1237,9%
Juros sobre debêntures	(20.169)	(20.929)	-3,6%
Outros	(5.283)	(2.699)	-75,8%
Despesas Financeiras	**(50.022)**	**(45.230)**	**10,6%**
Resultado Financeiro	**(44.934)**	**(42.664)**	**5,3%**

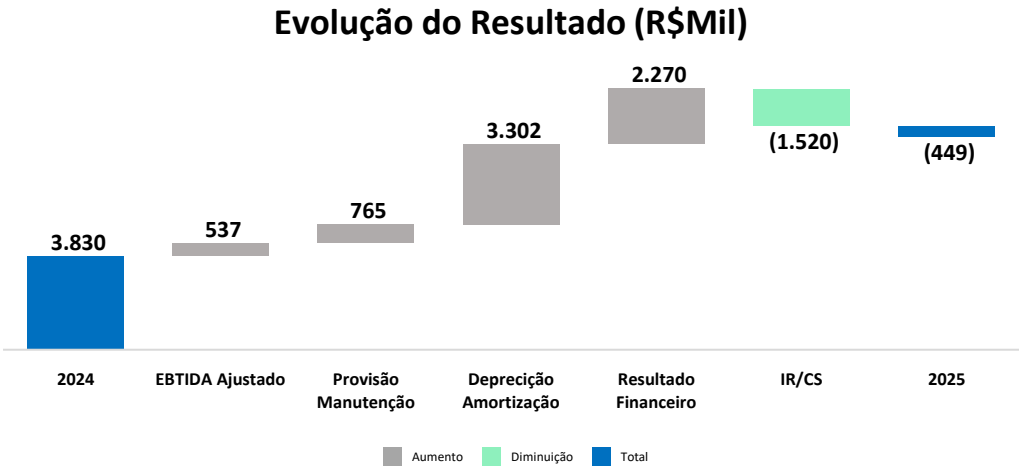
Inflação e Juros	1T25	1T24	p
IPCA Últimos 12 meses	5,65%	3,93%	-1,7%
CDI Final do Período	2,60%	2,62%	0,0%
CDI Acumulado Últimos 12 meses	11,70%	12,35%	0,6%

O Resultado Financeiro Líquido teve um aumento de 5,3% no 1T25 comparado ao 1T24, em linha com a variação dos principais indices macroeconomicos do período.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado Líquido (R$ mil)	1T25	1T24	Δ
Lucro/Prejuízo do Exercício	**(449)**	**3.830**	**-111,7%**

O resultado do 1T25 foi de prejuízo líquido de R$ 449 mil, uma queda quando comparado ao resultado do 1T24, cujo resultado foi de R$ 3.830 mil. A principal razão para esta queda está relacionada a diminuição do tráfego, conforme explicado no tópico resultado operacional.



Comentário do Desempenho

DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidade e Endividamento (R$)	1T25	1T24	Δ
Dívida Bruta	**(1.203.994)**	**(1.261.559)**	**-4,56%**
Curto Prazo	**(55.439)**	**(143.256)**	**-61,30%**
Debêntures	(55.439)	(143.256)	-61,30%
Longo Prazo	**(1.148.555)**	**(1.118.303)**	**2,71%**
Debêntures	(1.148.555)	(1.118.303)	2,71%
Disponibilidades	**181.487**	**93.965**	**93,14%**
Caixa e equivalentes de caixa	140.095	21.453	553,03%
Aplicações Financeiras Vinculadas	41.392	72.512	-42,92%
Dívida Líquida Ajustada	**(1.022.507)**	**(1.167.594)**	**-12,43%**

No 1T25, a Companhia apresentou uma dívida liquida de R$ 1.022 milhões, representando uma redução de 12,43% em comparação ao mesmo período do trimestre anterior. As principais razões estão relacionadas a melhora no saldo de caixa da companhia, bem como a liquidação da 2ª emissão de debentures, a qual foi integralmente amortizada em dezembro de 2024.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R$ mil)	1T25	1T24	Δ
Investimento Total	**23.415**	**35.858**	**-9,54%**
Imobilizado	**659**	**822**	**-19,83%**
Intangível	**22.756**	**35.036**	**-9,20%**
Direito de Concessão (Investimento)	22.756	35.036	-9,20%

Nos 1TRI25 foram investidos R$ 23,4 milhões destinados a elevação dos parâmetros do pavimento, às revitalizações viárias, além dos equipamentos primarizados, representando um diminuição de 9,54% quando comparado ao mesmo período no ano anterior.

Comentário do Desempenho

SOBRE A COMPANHIA





A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding II S.A. – IBH II, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do corredor rodoviário denominado Raposo Tavares, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

O corredor raposo tavares é formado pela sp-225 joão baptista cabral rennó, sp-327 orlando quagliato e sp-270 raposo tavares, no total de 834 quilômetros entre bauru e presidente epitácio, sendo 444 no eixo principal e 390 quilômetros de vicinais. as rodovias da cart atravessam o território de 34 municípios, com acesso ao início da sp-280 castelo branco, conexão com o mato grosso do sul e ao norte do paraná. por isso, são de importância vital para o transporte de cargas entre as regiões centro-oeste, sul e sudeste.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R$ mil)	1T25	1T24	▲
Receita operacional líquida	186.789	193.920	-3,68%
Custo dos serviços prestados	(126.404)	(128.618)	-1,72%
LUCRO BRUTO	**60.385**	**65.302**	**-7,53%**
Gerais e administrativas	(12.028)	(13.412)	-10,31%
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	29	24	19,20%
RESULTADO OPERACIONAL	**48.386**	**51.914**	**-6,80%**
Receitas financeiras	5.088	2.566	98,29%
Despesas financeiras	(50.022)	(45.230)	10,59%
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL	**3.452**	**9.250**	**-62,70%**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.372)	714	-572,28%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(529)	(6.134)	-91,38%
RESULTADO DO PERÍODO	**(449)**	**3.830**	**-111,76%**

Comentário do Desempenho

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (R$ Mil)	31/03/2025	31/12/2024
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	140.095	91.034
Aplicação Financeira Vinculada	41.392	9.984
Contas a receber	45.997	43.205
Estoques	5.540	5.816
Tributos a recuperar	1.123	990
IRPJ e CSLL a recuperar	1.410	1.828
Adiantamentos a fornecedores	3.436	8.229
Outros	-	-
Total do Circulante	**238.993**	**161.086**
Ativo não Circulante		
Impostos diferidos ativos	421.965	422.494
Tributos a recuperar	-	-
Depósitos judiciais	8.925	9.039
Outros	9	9
Imobilizado	23.997	26.328
Infraestrutura em andamento	2.111	1.687
Intangível	2.341.247	2.370.251
Total do Não Circulante	**2.798.254**	**2.829.808**
TOTAL DO ATIVO	**3.037.247**	**2.990.894**

Passivo (R$ Mil)	31/03/2025	31/12/2024
Passivo Circulante		
Fornecedores	23.608	24.939
Debêntures	55.439	34.514
Outras Contas a pagar	219	335
Tributos a recolher	6.645	6.598
IRPJ e CSLL a recolher	-	643
Obrigações com empregados e administradores	8.175	10.855
Credor pela Concessão	1.851	1.929
Partes relacionadas	874	1.313
Receita Acessória Antecipada	6.936	10.335
Passivo de arrendamento	2.282	2.952
Provisão para manutenção	27.886	27.886
Total do Circulante	**133.915**	**122.299**
Passivo Não Circulante		
Passivo de arrendamento	4.122	4.179
Debêntures	1.148.555	1.123.252
Provisão para riscos processuais	63.001	58.145
Receita Acessória Antecipada	26.707	27.268
Provisão para manutenção	52.514	46.868
Total do Não Circulante	**1.294.899**	**1.259.712**
TOTAL DO PASSIVO	**1.428.815**	**1.382.012**
Patrimônio Líquido		
Capital social	1.586.775	2.451.400
Prejuízos Acumulados	21.658	(842.517)
Total do Patrimônio Líquido	**1.608.433**	**1.608.883**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**3.037.247**	**2.990.894**

Comentário do Desempenho

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2025: auditoria das informações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); e revisão das informações financeiras trimestrais de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações.
A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.
As informações contábeis aqui apresentadas no Relatório da Administração e nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A empresa e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA (INSTRUÇÃO CVM 80)

A Diretoria da Concessionaria Auto Raposo Tavares S.A. (Cart) ("Companhia") declara, nos termos da Instrução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou:

(i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes Ltda.; e
(ii) com as demonstrações contábeis relativas ao periodo findo em 31 de março de 2025.

René Silva
Presidente

Gilson De Oliveira Carvalho
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Daniel Rodrigo Lavorini
Contador CRC 1SP241985

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
(Em milhares de reais - R$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil e constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP”), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendem:

I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+433, Ourinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.

II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.

III. SP-327: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 três novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregues inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias, foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) -Demonstração Intermediária, e a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 – *Interim Financial Report* emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma consistente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à preparação das Informações Trimestrais - ITR.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Informações Trimestrais - ITR.

2.2 Bases de apresentação

Estas Informações Trimestrais - ITR foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. As informações das notas explicativas que não sofreram alterações significativas ou apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2024 não foram repetidas integralmente nestas informações contábeis intermediárias. Entretanto, informações selecionadas foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridos para possibilitar o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.Todas as informações relevantes próprias das Informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As emissões das Informações contábeis intermediárias foram autorizadas e aprovadas pela Administração em 15 de maio de 2025.

2.3 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Informações contábeis intermediárias são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual.

Não há outras normas, interpretações e alterações às normas que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações contábeis intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	3.289	3.371
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	136.806	87.663
Total	140.095	91.034

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de março de 2025, as aplicações financeiras ficaram indexadas a uma taxa média de 100% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 100% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 23.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	Taxa Média	Indexador	31/03/2025	31/12/2024
Certificados de Depósitos Bancários Pós- fixado Compromissadas com Debêntures (*)	100,00%	CDI	41.392	9.984

(*) As aplicações são efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na 3ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures.

Para a 3ª Emissão de Debêntures Simples, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas. Referidos aportes correspondem ao equivalente a 1/6 (um sexto) do serviço da dívida semestral das Debêntures (valor nominal unitário + remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o semestre em questão. Em junho e dezembro, os valores constituídos, ficam disponíveis para resgate e quitação do pagamento.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 23.

5. CONTAS A RECEBER

	31/03/2025	31/12/2024
Pedágio eletrônico a receber (*)	44.543	41.957
Vale pedágio	224	377
Locação de fibra óptica (**)	637	413
Outros	593	458
Total	45.997	43.205

(*) Serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária.
(**) Receita acessória referente ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos.

A Companhia avalia, de forma individualizada, para fins de mensuração da provisão para perdas de crédito esperados, a experiência histórica de perdas por clientes, o segmento, a situação do crédito (atual e vencido) e informações prospectivas (*forward-looking*). A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperados em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 23.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTOS DIFERIDOS

a) Tributos a recuperar

	31/03/2025	31/12/2024
IRRF sobre aplicações financeiras	919	792
PIS/COFINS (PER/DCOMP)	4	4
Outros	200	194
Total circulante	1.123	990

b) IRPJ e CSLL a recuperar

	31/03/2025	31/12/2024
Antecipações do período (IRPJ)	1.186	1.828
Antecipações do período (CSLL)	224	-
Total circulante	1.410	1.828

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Ativos/ Passivos		Resultado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/03/2024
Prejuízo fiscal - IR	304.695	303.612	1.085	234
Base negativa - CS	110.127	109.737	390	144
Provisão para manutenção	23.492	25.412	(1.920)	(5.459)
Provisão para contingências	23.255	23.966	(712)	(741)
Atualização depósitos judiciais	3.673	4.663	(990)	478
Outras diferenças temporárias	2.984	2.192	792	(1.616)
Total do ativo fiscal diferido	468.226	469.582	(1.355)	(6.960)
Amortização de direito de concessão	(32.455)	(33.034)	580	580
Custo de Captação	(6.593)	(6.711)	118	118
Margem de construção	(5.912)	(6.018)	106	106
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.301)	(1.325)	22	22
Total do passivo fiscal diferido	(46.261)	(47.088)	826	826
Total	421.965	422.494	(529)	(6.134)

Notas Explicativas

Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos:

	Ativos/ Passivos				
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	**Adições**	**Baixas**	**Total constituido em resultado**	**Saldo líquido em 31 de março de 2025**
Prejuízo fiscal - IR	303.612	1.083		1.083	304.695
Base negativa - CS	109.737	390		390	110.127
Provisão para manutenção	25.412	(1.920)		(1.920)	23.492
Provisão para contingências	28.629	(57.334)	55.633	(1.701)	26.928
Outras diferenças temporárias	2.192	(1.385)	2.177	792	2.984
Total do ativo fiscal diferido	469.582	(59.166)	57.810	(1.356)	468.226
Amortização de direito de concessão	(33.034)	579		579	(32.455)
Custo de Captação	(6.711)	118		118	(6.593)
Margem de construção	(6.018)	106		106	(5.912)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.325)	24		24	(1.301)
Total do passivo fiscal diferido	(47.088)	828	-	828	(46.260)
				-	-
	422.494	(58.338)	57.810	(529)	421.965

	Ativos/ Passivos				
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	**Adições**	**Baixas**	**Total constituído em resultado**	**Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024**
Prejuízo fiscal - IR	309.672	299	(6.358)	(6.059)	303.612
Base negativa - CS	111.829	151	(2.243)	(2.092)	109.737
Provisão para manutenção	26.220	6.102	(6.910)	(808)	25.412
Provisão para contingências	24.515	5.596	(1.482)	4.114	28.629
Outras diferenças temporárias	4.325	1.709	(3.842)	(2.133)	2.192
Total do ativo fiscal diferido	476.561	13.857	(20.835)	(6.978)	469.582
Amortização de direito de concessão	(35.352)	2.318	-	2.318	(33.034)
Custo de Captação	(7.182)	471	-	471	(6.711)
Margem de construção	(6.440)	422	-	422	(6.018)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.418)	93	-	93	(1.325)
Total do passivo fiscal diferido	(50.392)	3.304	-	3.304	(47.088)
Total	426.169	17.161	(20.835)	(3.674)	422.494

Em 31 de março de 2025, a Companhia reconheceu no resultado de três meses o valor de R$ 529 de imposto fiscal diferido (em 31 de março de 2024, a Companhia reconheceu o valor de R$ 6.134).

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que a Companhia atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva.

b.1) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/03/2025	31/03/2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	3.452	44.433
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social alíquotas vigentes	(1.174)	(15.107)
Adições permanentes	(2.765)	(11.527)
Exclusões permanentes	38	4.310
Imposto de renda e contribuição social resultado	(3.901)	(22.324)
Impostos de renda e contribuição social corrente	(3.372)	(18.650)
Impostos de renda e contribuição social diferido	(529)	(3.674)
	(3.901)	(22.324)
Alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social %	113%	50%

7. PARTES RELACIONADAS

Controlador e Controlador final

A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding II e controladora final º Pátria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Transações com partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas informações contábeis intermediárias.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Parte relacionada	Transação (a)	Relação	31/03/2025 Passivo Circulante	31/03/2025 Resultado
Eixo SP Concessionária de Rodovias	Compartilhamento de despesas	Coligada	166	-
IBH I Serviços e Participações	Prestação de serviço	Coligada	708	(1.316)
Total			874	(1.316)

			31/12/2024	31/03/2024
Parte relacionada	**Transação (a)**	**Relação**	**Passivo Circulante**	**Resultado Despesa**
Eixo SP Concessionária de Rodovias	Compartilhamento de despesas	Coligada	785	-
Entrevias Concessionária de Rodovias	Compartilhamento de despesas	Coligada	1	
IBH I Serviços e Participações	Prestação de serviço	Coligada	527	(1.366)
Total			1.313	(1.366)

(a) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração dos Administradores

Em 30 de abril de 2024, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R$ 6.162 (R$ 8.000 em 31 de dezembro de 2023). A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o período:

Composição	31/03/2025	31/03/2024
Pró-labore	537	602
Bônus variáveis	445	497
Encargos	221	231
Outros benefícios	19	17
Total	1.222	1.347

8. ESTOQUE

	31/03/2025	31/12/2024
Material para Pavimentação	39	13
Elementos de Proteção e Segurança	1.157	980
Material de Sinalização	2.272	3;387
Outros	2.072	1.436
Total	5.540	5.816

9. IMOBILIZADO

	Vida útil média em anos	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferência (*)	31/03/2025
Custo						
Instalações	25	517	-	-	-	517
Máquinas e equipamentos	6	25.375	145	-	50	25.570
Móveis e utensílios	6	4.949		-		4.949
Veículos	5	30.396		-		30.396
Equipamentos de informática	7	46.441	507	-	(429)	46.519
Ferramentas e aparelhos	-	2.264	-	-	7	2.271
		109.942	652	-	- 372	110.222
Depreciação acumulada						
Instalações		(162)	(13)	-		(175)
Máquinas e equipamentos		(11.105)	(566)	-		(11.671)
Móveis e utensílios		(4.405)	(42)	-		(4.447)
Veículos		(23.514)	(1.616)	-		(25.130)
Equipamentos de informática		(43.563)	(325)	-		(43.888)
Ferramentas e aparelhos		(865)	(49)	-		(914)
		(83.614)	(2.611)	-		(86.225)
Imobilizado líquido		26.328	(1.952)	-	(372)	23.997

	Vida útil média em anos	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Custo					
Instalações	25	434	83	-	517
Máquinas e equipamentos	6	22.599	2.791	(15)	25.375
Móveis e utensílios	6	4.924	25	-	4.949
Veículos	5	30.978	4	(586)	30.396
Equipamentos de informática	7	46.945	939	(1.443)	46.441
Ferramentas e aparelhos	-	2.264	-	-	2.264
		108.144	3.842	(2.044)	109.942
Depreciação acumulada					
Instalações		(114)	(48)	-	(162)
Máquinas e equipamentos		(9.169)	(1.936)	-	(11.105)
Móveis e utensílios		(4.230)	(175)	-	(4.405)
Veículos		(17.436)	(6.481)	403	(23.514)
Equipamentos de informática		(42.495)	(1.504)	436	(43.563)
Ferramentas e aparelhos		(672)	(193)	-	(865)
		(74.116)	(10.337)	839	(83.614)
Imobilizado líquido		34.028	(6.495)	1.205	26.328

(*) As transferências de ativo refletem movimentações entre grupos de imobilizado e intangível.

Em 31 de março de 2025, a Companhia reconheceu no resultado de três meses o valor de R$ 2.611 em depreciação (em 31 de março de 2024, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R$ 2.617).

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais e nos contratos de debêntures.

10. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM ANDAMENTO

	Vida útil em anos	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/03/2025
Custo						
Software	5	15.326	1	-	-	15.327
Marcas e patentes	10	414	-	-	-	414
Direito de concessão	(**)	3.272.657	22.771	(235)	4.678	3.299.871
Obras em Andamento		-				-
Outorga fixa	(**)	634.000	-	-	-	634.000
Direito de uso - IFRS 16		14.958	106	(233)	-	14.831
		3.937.355	22.878	(468)	4.678	3.964.443
Amortização						
Software		(12.162)	(96)	-	-	(12.258)
Marcas e patentes		(20)	-	-	-	(20)
Direito de concessão		(1.213.117)	(49.967)	-	-	(1.263.084)
Outorga fixa		(333.165)	(5.283)	-	-	(338.448)
Direito de uso - IFRS 16		(8.640)	(746)	-	-	(9.386)
Amortização acumulada		(1.567.104)	(56.092)	-	-	(1.623.196)
Intangível líquido		2.370.251	(33.241)	(468)	4.678	2.341.247
Infraestrutura em construção (***)		1.687	15.432	(10.701)	(4.307)	2.111

	Vida útil em anos	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/2024
Custo						
Software	5	14.474	852	-	-	15.326
Marcas e patentes	10	55	359	-	-	414
Direito de concessão	(**)	3.142.555	130.102	-	-	3.272.657
Outorga fixa	(**)	634.000	-	-	-	634.000
Direito de uso		9.191	6.672	(905)	-	14.958
		3.800.275	137.985	(905)	-	3.937.355
Amortização						
Software		(11.726)	(436)	-	-	(12.162)
Marcas e patentes		(20)	-	-	-	(20)
Direito de concessão		(1.021.035)	(192.082)	-	-	(1.213.117)
Outorga fixa		(312.032)	(21.133)	-	-	(333.165)
Direito de uso		(6.362)	(3.183)	905	-	(8.640)
Amortização acumulada		(1.351.175)	(216.834)	905		(1.567.104)
Saldo intangível líquido		2.449.100	(78.849)	-	-	2.370.251
Infraestrutura em construção (***)		2.098	(411)	-	-	1.687

Em 31 de março de 2025, a Companhia reconheceu no resultado de três meses o valor de R$ 56.092 em amortização (em 31 de março de 2024, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R$ 52.783).

(*) As transferências de ativo refletem movimentações entre grupos de imobilizado e intangível

(**) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 16 de março de 2039, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

(***) Refere-se a obras e serviços de expansão em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Companhia é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros. O processo arbitral envolvendo a Companhia e a Metha, encerrou-se em dezembro de 2023, vide nota explicativa 20. Após a sua conclusão, o montante de R$ 97.410 mantido no grupo de infraestrutura em andamento, foi transferido para o direito de concessão.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua a análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, utilizando o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025.

Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes são preparadas para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais, bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em reais, considerando efeitos inflacionários: 5,5% a.a em 2025 e 3,5% a.a até o final da projeção.

A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e dos custo dos recursos externos.

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

11. FORNECEDORES

a) Fornecedores

	31/03/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	20.971	20.254
Fornecedores provisão	2.637	4.685
Total	**23.608**	**24.939**

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa nº 23**.**

b) Outras Contas a Pagar

	31/03/2025	31/12/2024
Outras contas a pagar	219	335
Total	219	335

12. DEBÊNTURES

			Pagamento						
	31/12/2024	Custo de captação amortizado	Principal	Juros	Atualização Monetária	Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/03/2025
Passivo circulante									
Debêntures	40.661		-	-	-	20.168	-	757	61.586
Custos a amortizar	(6.147)	1.537	-	-	-	-	-	(1.537)	(6.147)
Total	34.514	1.537	-	-	-	20.168	-	(780)	55.439
Passivo não circulante									
Debêntures	1.184.719	-	-	-	-	-	24.523	(757)	1.208.485
Custos a amortizar	(61.467)	-	-	-	-	-	-	1.537	(59.930)
Total	1.123.252	-	-	-	-	-	24.523	780	1.148.555
Total geral	1.157.766	1.537	-	-	-	20.168	24.523	-	1.203.994
Circulante	34.514								55.439
Não circulante	1.123.252								1.148.555

			Pagamento						
	31/12/2023	Custo de captação amortizado	Principal	Juros	Atualização Monetária	Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2024
Passivo circulante									
Debêntures	127.705	-	(70.202)	(60.107)	(88.427)	88.624	5.185	37.883	40.661
Custos a amortizar	(7.824)	7.824	-	-	-	-	-	(6.147)	(6.147)
Total	119.881	7.824	(70.202)	(60.107)	(88.427)	88.624	5.185	31.736	34.514
Passivo não circulante									
Debêntures	1.165.447	-	-	-	-	-	57.155	(37.883)	1.184.719
Custos a amortizar	(67.614)		-	-	-	-	-	6.147	(61.467)
Total	1.097.833	-	-	-	-				
		57.155	(31.736)	1.123.252					
Total geral	1.217.714	7.824	(70.202)	(60.107)	(88.427)	88.624	62.340	-	1.157.766
Circulante	119.881								34.514
Não circulante	1.097.833								1.123.252

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/03/2025
Debenturistas – Série 3	IPCA	6,81% a.a.	15/12/2035	1.270.071
(-) Custos de transação – Debêntures				(66.077)
Total				1.203.994
Parcelas do circulante				55.439
Parcelas do não circulante				1.148.555

Vencimento longo prazo

2025	60.274
2026	28.648
2027	110.543
2028	126.341
2029 em diante	822.749
Total longo prazo	1.148.555

Debêntures – 3ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de setembro de 2021, foi aprovada a realização da terceira emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09.

Foram emitidas 105.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$10,00, totalizando R$1.050.000. A emissão se deu em série única.

As debêntures tem o prazo de vencimento de 170 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a determinado percentual ao ano, a ser apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, e. em todo caso, limitado à maior taxa entre: (a) 5,65% (cinco inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano; (b) taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com juros semestrais 2035, com vencimento em 15 de maio de 2035, conforme apurado no dia útil imediatamente anterior à data de realização de Procedimento *Bookbuilding*, acrescida exponencialmente de um spread equivalente a 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimo por cento) ao ano.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R$ 86.381 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de março de 2025 é de R$ 66.077 (R$ 67.614 em 31 de dezembro de 2024).

As debêntures emitidas possuem como obrigação a contratação de pelo menos uma agência de classificação de risco (rating), devendo, ainda, fazer com que a agência de classificação de risco atualize a respectiva classificação de risco das debêntures anualmente, a partir da data do primeiro relatório de classificação de risco, até o vencimento das debêntures.

Cláusulas restritivas

Conforme previsto no contrato das debêntures os *covenants* financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de cada ano.

Os índices financeiros são:

Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).

ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = (1) EBITDA ajustado/(amortizações + (2) juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): ≥ 1,2.

(1) EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSLL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total – financiamentos – aporte de capital).
(2) Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

13. CREDOR PELA CONCESSÃO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

Investimentos
Os principais investimentos decorrentes da concessão são:
i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários;
iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes;
iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

Outorga fixa

Valor fixo de R$634.000, conforme Nota explicativa nº 10, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

Outorga variável

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2018. A partir de janeiro de 2019, o percentual de 3% está sendo aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 31 de março de 2025 é de R$ 1.851 (R$ 1.929 em 31 de dezembro de 2024).

Durante o período findo em 31 de março de 2025 foi pago ao Poder Concedente o montante de R$ 5.301 (R$ 5.171 comparado ao mesmo período do ano anterior) referente à outorga variável.

Garantias
A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação. O limite máximo de indenização é de R$ 42.440. Vigência mínima de 12 meses.

Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R$ 214.020. Vigência de 12 meses.

14. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

Composição do risco:

	31/03/2025		
	Probabilidade de perda		
Natureza do risco	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	3.990	19.091	23.081
Cíveis(*)	58.757	173.762	232.519
Ambiental	254	3.651	3.905
Total	63.001	196.504	259.505

	31/12/2024		
	Probabilidade de perda		
Natureza do risco	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	3.728	17.815	21.543
Cíveis	54.174	168.710	222.884
Ambiental	243	3.512	3.755
Total	58.145	190.037	248.182

(*) O aumento do grupo de processos cíveis em 2025 e 2024, está atrelado as notificações emitidas pela ARTESP, resultantes de sua fiscalização sobre as atividades da Companhia.

Movimentação dos riscos prováveis:

Natureza do risco	31/12/2024	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização Monetária	31/03/2025
Trabalhistas	3.728	138	(23)	148	3.991
Cíveis e ambientais	54.417	3.029	(1.112)	2.676	59.010
Total	58.145	3.167	(1.135)	2.824	63.001

Natureza do risco	31/12/2023	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização Monetária	31/12/2024
Trabalhistas	5.199	433	(1.316)	(588)	3.728
Cíveis e ambientais	44.835	30.508	(24.899)	3.973	54.417
Total	50.034	30.941	(26.215)	3.385	58.145

Em 31 de março de 2025, a Companhia reconheceu no resultado de três meses o valor de R$ 4.856 em provisão para riscos processuais líquidos (em 31 de março de 2024, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R$ 4.041).

a) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

b) Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por usuários, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

c) Procedimento Arbitral

Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a Metha S.A., com valor provisório atribuído de R$ 450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela Metha S.A., e por outro lado, entende que Metha S.A. deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis.

Foi apresentada defesa por parte da Companhia, juntamente com seus contra pleitos, os quais perfazem, no seu entendimento, o valor provisório de R$ 350.000.

Houve, ao longo do tempo, a devida instrução do procedimento arbitral através da apresentação de laudos e realização de perícias para a comprovação das teses apresentadas pela Companhia, tendo sido determinada a data de 26 de janeiro de 2021 para a prolação da decisão arbitral. Em razão de ordem judicial de penhora recebida nos autos da arbitragem, oriunda de processo promovido por terceiro alheio à relação entre a Companhia e a Metha, houve a concessão de prazo, pela câmara arbitral, para ambas as partes se manifestarem a seu respeito, tendo a Companhia impugnado tal decisão por entender que tal penhora é ilegal.

A câmara arbitral decidiu pela improcedência do pedido de penhora, dando seguimento a avaliação dos pleitos apresentados pelas partes, resultando na prolação de sentença arbitral parcial em 29 de março de 2021.

Em novembro de 2023, após a realização dos cálculos e compensações entre débitos e créditos devidos de parte à parte, verificou-se que a Companhia foi condenada ao pagamento de R$ 97.410 à Metha, dos quais a Companhia já possuía R$ 68.177 contabilizados, sendo necessário complementar sua provisão em R$ 29.742, face ao cumprimento da decisão arbitral. Em 08 de janeiro de 2024 foi efetivado o pagamento desta indenização.

d) Depósitos Judiciais

Natureza Dep. Judiciais	31/03/2025	31/12/2024
Trabalhistas	770	798
Cíveis	7.157	7.262
Tributária	998	979
Total	8.925	9.039

Depósitos Trabalhistas – Recurso Ordinário / Recurso de Revista

Trata-se de recursos jurídicos destinados à busca de decisão favorável, revertendo à decisão anterior (sentença ou acórdão).
Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado (estipulado) na condenação, garantindo assim parte da futura execução.

Em 31 de março de 2025, o montante é de R$ 770 (em 31 de dezembro de 2024, o montante é de R$ 798).

Depósitos Cíveis – garantia
Os depósitos efetuados nos processos cíveis são destinados a garantir, desde logo, os valores que julgamos devidos no processo. Em geral, são efetuados os depósitos para, quando entramos com uma ação, ou mesmo em defesa, se evite o acréscimo de correção monetária e juros de mora.

Em 31 de março de 2025, o montante é de R$ 7.157 (em 31 de dezembro de 2024, o montante é de R$ 7.262).

Além dos depósitos destacados acima a Companhia possui em 31 de março de 2025 depósitos de natureza tributária no montante de R$ 998 (em 31 de dezembro de 2024, o montante é de R$ 979).

15. RECEITAS ACESSÓRIAS ANTECIPADAS

As receitas acessórias antecipadas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do período pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

Receitas antecipadas	31/03/2025	31/12/2024
Circulante	6.936	10.335
Não circulante	26.707	27.268
Total	33.643	37.603

16. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço para recomposição da infraestrutura aos níveis exigidos pelo poder concedente.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de março de 2025 são:

Provisão para manutenção	31/12/2024	Adições	AVP (*)	Consumo	31/03/2025
Passivo circulante	27.886	-	-	-	27.886
Passivo não circulante	46.868	5.378	268	-	52.514
Total	74.754	5.378	268		80.400

Provisão para manutenção	31/12/2023	Adições	AVP (*)	Consumo	31/12/2024
Passivo circulante	48.209	-	-	(20.323)	27.886
Passivo não circulante	28.921	18.405	(458)	-	46.868
Total	77.130	18.405	(458)	(20.323)	74.754

(*) Trata-se do ajuste a valor presente.

Em 31 de março de 2025, a Companhia reconheceu no resultado de três meses o valor de R$ 5.110 em provisão para manutenção (em 31 de março de 2024, a Companhia reconheceu o valor de R$ 4.145).

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento	31/03/2025	31/12/2024
Saldo inicial	7.131	3.635
Adições	106	6.672
Juros provisionados	147	478
Baixas	(233)	-
Pagamento de juros	(147)	(478)
Pagamento de principal	(600)	(3.176)
Total	6.404	7.131
Passivo circulante	2.282	2.952
Passivo não circulante	4.122	4.179

Em 31 de março de 2025, a Companhia reconheceu no resultado de três meses o valor de R$ 147 em juros provisionados de arrendamento (em 31 de março de 2024, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R$ 70).

Para os contratos reconhecidos até o primeiro trimestre de 2025, aplicou-se a taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Por meio desta metodologia, a Companhia obteve uma taxa média ponderada de 10,32% a.a. (idêntico em 31 de março de 2024).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de março de 2025 o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 1.586.775 (R$ 2.451.400 em 31 de dezembro de 2024), representados por 12.602.598.575 ações (12.602.598.575 ações em 31 de dezembro de 2024), sendo 6.301.299.488 ações preferenciais e 6.301.299.487 ações ordinárias (mesmo número apresentado em 31 de dezembro de 2024), integralmente subscritas pela Infraestrutura Brasil Holding II S.A.

A redução de capital ocorreu em 09 de março de 2025, passando-o de R$ 2.451.400 (dois bilhões, quatrocentos e cinquenta e um milhões e quatrocentos mil reais) para R$ 1.586.775 (um bilhão, quinhentos e oitenta e seis milhões, setecentos e setenta e cinco reais), através de compensação contra a conta de prejuízos acumulados. Tal operação não alterar o número de ações ordinárias e preferenciais da companhia.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A terceira emissão de debêntures não conversíveis tem em sua escritura como evento que constitui situação de inadimplemento acarretando vencimento antecipado não automático das obrigações decorrentes das debêntures, a proibição em realizar qualquer pagamento aos acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, no período compreendido entre a data de emissão e 15 de dezembro de 2035.

19. RECEITAS

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 31 de março de 2025 e 2024 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	31/03/2025	31/03/2024
Receita de pedágio	171.284	167.409
Receitas acessórias	5.407	4.958
Impostos	(15.192)	(14.862)
Receita líquida de serviços	**161.499**	**157.505**
Receita de construção (a)	25.290	36.415
Receita total	**186.789**	**193.920**

(a) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento, pois não foi faturado foi reconhecido a construção de acordo com ICPC01/ IFRIC 12.

	31/03/2025	31/03/2024
Base de cálculo de impostos		
Receitas com serviços	176.691	172.367
Deduções		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(5.301)	(5.171)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(1.149)	(1.120)
Imposto Sobre Serviços - ISS (2% a 5%)	(8.742)	(8.571)
Deduções da receita	**(15.192)**	**(14.862)**

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	31/03/2025	31/03/2024
Custo de obra	(25.290)	(36.415)
Provisão para manutenção	(5.378)	(4.536)
Depreciação e amortizações	(58.703)	(55.401)
Pessoal	(18.821)	(17.230)
Serviços de terceiros (*)	(9.139)	(7.890)
Poder concedente	(5.301)	(5.171)
Conservação e manutenção	(9.783)	(7.307)
Provisão para contingências	(3.367)	2.179
Locações de imóveis e máquinas	(192)	(650)
Seguros	(792)	(698)
Outras receitas e despesas operacionais	(1.637)	(8.887)
	(138.403)	(142.006)
Custo de serviços prestados	(126.404)	(128.618)
Despesas gerais e administrativas	(12.028)	(13.412)
Outras receitas e despesas operacionais	29	24
	(138.403)	(142.006)

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, vigilância e outros.

21. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras	31/03/2025	31/03/2024
Juros sobre aplicações financeiras	4.315	2.382
Outros	773	184
Total receitas financeiras	**5.088**	**2.566**
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(46)	(641)
Variação monetária passiva	(24.523)	(20.961)
Juros sobre debêntures	(20.168)	(20.929)
Outros	(5.285)	(2.699)
Total despesas financeiras	**(50.022)**	**(45.230)**
Total resultado financeiro	**(44.934)**	**(42.664)**

22. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/03/2025	31/03/2024
Numerador básico		
Resultado do período	(449)	3.830
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares)	12.602.598	12.602.598
Resultado básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R$)	(0,000)	0,000

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS

A Companhia administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de março de 2025, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

a) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco.

b) Exposição a riscos cambiais

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

Na data base 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e debêntures circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de debêntures a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras para o período de 3 meses findos em 31 de março de 2025, conforme quadro a seguir:

	31/03/2025			31/12/2024		
Instrumentos financeiros	**Custo amortizado**	**Outros passivos Financeiros**	**Nível**	**Custo amortizado**	**Outros passivos financeiros**	**Nível**
Ativos						
Caixa e equivalentes	140.095	-	-	91.034	-	-
Aplicações financeiras	41.392	-	-	9.984	-	-
Depósitos judiciais	8.925	-	-	9.039	-	-
Contas a receber	45.997	-	-	43.205	-	-
Outros	9	-	-	9	-	-
Total do ativo	236.418	-		153.271	-	
Fornecedores	-	23.608	-	-	24.939	-
Partes relacionadas	-	874	-	-	1.313	-
Debêntures	-	1.203.994	-	-	1.157.766	-
Concessão de serviço público	-	1.851	-	-	1.929	-
Outras contas a pagar	-	219	-	-	335	-
Total do passivo	-	1.230.546		-	1.186.282	

A Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

(i) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.

Os valores justos das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas informações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (IPCA), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:
Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

d) Exposição a riscos de créditos

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágios se dão de forma bem distribuída

durante todos o período societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças, que são administradoras renomadas. Para os casos das receitas acessórias a Companhia interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de março de 2025, a Companhia apresenta valores a receber de R$ 45.997 (R$ 43.205 em 31 de dezembro de 2024), sendo 96.8% deste total, valores a receber das Operadoras de Serviços de Arrecadação – "OSAs", decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágios. Desta forma, a administração da Companhia caracteriza como remoto o risco de crédito oriundo destes valores a receber.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, títulos e aplicações financeiras vinculadas e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3, nº 4 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha.

Operação de derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e debêntures.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das informações contábeis intermediárias:

31 de março de 2025	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	De 2 a 5 ano
Debêntures	1.203.994	1.781.913	178.192	1.603.722
Fornecedores	23.608	23.608	23.608	0
Partes relacionadas	874	874	874	0
Credor pela concessão	1.851	1.851	1.851	0
Passivo de arrendamento	6.404	9.694	2.651	7.043
Outras contas a pagar	219	219	221	-

31 de dezembro de 2024	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	De 2 a 5 anos
Debêntures	1.157.766	1.713.495	171.350	1.542.145
Fornecedores	24.939	24.939	24.939	-
Partes relacionadas	1.313	1.313	1.313	-
Credor pela concessão	1.929	1.929	1.929	-
Passivo de arrendamento	7.131	10.795	2.952	7.843
Outras contas a pagar	335	335	335	–

f) Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.

- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.

- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a Companhia determinou adequado a apresentação de dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

	Cenário Provável	**Valorização**		**Desvalorização**	
		25%	50%	25%	50%
DI Ativo (% do ano)	11,22%	14,02%	16,83%	8,41%	5,61%
DI Passivo (% do ano)	11,22%	14,02%	16,83%	8,41%	5,61%
IPCA Passivo (% do ano)	5,65%	7,06%	8,48%	4,24%	2,83%

Os indicadores utilizados para o cálculo de exposição em 2025 foram obtidos com base nas projeções do BACEN.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025
(Em milhares de reais - R$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 31 de março de 2025, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Instrumentos	***Exposição em 31/03/2025***	***Risco***	***Cenário provável***		***Valorização (R$)***		***Desvalorização (R$)***	
			%	***Valor***	***25%***	***50%***	***25%***	***50%***
Ativos e passivos financeiros								
Caixas e equivalentes de caixa	136.806	CDI	11,22%	15.350	19.187	23.024	11.512	7.675
Aplicações financeiras vinculadas (*)	41.392	CDI	11,22%	4.644	5.805	6.966	3.483	2.322
Debêntures (*)	(1.203.994)	IPCA	5,65%	(68.026)	(85.032)	(102.038)	(51.019)	(34.013)
Total	(1.025.796)			(48.032)	(60.040)	(72.048)	(36.024)	(24.016)
Impacto no resultado e património líquido					(12.008)	(24.016)	12.008	24.016

Instrumentos	***Exposição em 31/12/2024***	***Risco***	***Cenário provável***		***Valorização (R$)***		***Desvalorização (R$)***	
			%	***Valor***	***25%***	***50%***	***25%***	***50%***
Ativos e passivos financeiros								
Caixas e equivalentes de caixa	87.663	CDI	10,40%	9.117	11.396	13.675	6.838	4.558
Aplicações financeiras vinculadas	9.984	CDI	10,40%	1.038	1.298	1.558	778	519
Debênture (*)	(1.157.766)	IPCA	4,83%	(55.920)	(69.900)	-83.880	(41.940)	(27.960)
Total	(1.060.119)			945.765)	(57.206)	(68.647)	(34.324)	(22.883)
Impacto no resultado e património líquido					(11.441)	(22.882)	11.441	22.882

(*) Saldo sem o custos de transação a amortizar.

O montante equivalente a 100% das debêntures da Companhia estão sujeitas à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros do IPCA e aplicação financeira sujeita ao CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

g) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

24. SEGUROS E GARANTIAS

Em 31 de março de 2025, a Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência	Seguradora	Objeto
Garantia ampliações	42.443	16/06/2025	Pottencial	(a)
Garantia funções operacionais	225.678	16/06/2025	Pottencial	(b)
Responsabilidade civil	49.296	06/07/2025	Axa/HDI	(c)
Riscos operacionais	163.000	06/07/2025	Tokio	(d)
Risco de Engenharia	195.000	17/12/2025	Fairfax	
D & O	50000	10/08/2025	Austral	
Auto Frota	Tabela FIPE	07/07/2025	Tokio	
Fiança Locatícia	90	03/01/2027	Pottencial	
Fiança Locatícia – Ourinhos	113	30/10/2027	Pottencial	
Fiança Locatícia - Presidente Prudente	139	02/01/2028	Pottencial	
Riscos Diversos - Equipamentos	6.133	06/07/2025	Tokio Marine	
Drone - Reta	707	13/04/2025	Akad	
Garantia judicial execução fiscal	8.228	até 2025	Pottencial	
Garantia judicial execução fiscal	3.324	até 2026	Pottencial	
Garantia judicial execução fiscal	26.197	até 2027	Pottencial	
Garantia judicial execução fiscal	54.025	até 2028	Pottencial	
Garantia judicial execução fiscal	3.359	até 2029	Pottencial	
Seguro Patrimonial - 4 Locais	8.900	25/11/2025	AVLA	

a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário

constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

c) Danos causados a terceiros decorrentes da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16, integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.

d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

25. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

A seguir relacionamos as transações do período que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	31/03/2025	31/03/2024
Saldo de fornecedor no fim do período	12.314	14.649

***

René Silva
Presidente

Gilson Carvalho
Diretor Financeiro/RI

Daniel Lavorini
Contador
CRC 1SP241985/O-5

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.
Bauru – São Paulo

Introdução
Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado
As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 15 de maio de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Fernanda A. Tessari da Silva
Contador CRC 1SP252905/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

A Diretoria da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“Companhia”) declara, nos termos da Instrução CVM nº 80, que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações contábeis relativas ao período findo em 31 de março de 2025.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

A Diretoria da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“Companhia”) declara, nos termos da Instrução CVM nº 80, que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes Ltda.